
	Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa	
Despacho	NP: k1pqfuxr SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 04/06/2019 Projeto de lei nº 587/2019 Protocolo nº 4151/2019 Processo nº 1090/2019	
Autor: Dep. Eduardo Botelho		

Altera a utilização da terminologia “merenda escolar” para “alimentação escolar com critérios”.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica alterada a utilização da terminologia “merenda escolar” para “alimentação escolar com critérios”, no âmbito de todos os atos administrativos públicos e programas de governo nutricionais na esfera estadual.

Art. 2º Torna-se obrigatório que todas as unidades escolares disponibilizem de forma visível e pública os cardápios das refeições diárias e com os devidos valores nutricionais de cada refeição.

Parágrafo único. A unidade escolar poderá de maneira alternativa ao disposto do *caput* divulgar semanalmente os cardápios das refeições diárias e com os devidos valores nutricionais de cada refeição por meio de mensagem eletrônica aos responsáveis pelos alunos.

Art. 5º Esta Lei será regulamentada nos termos do artigo 38-A da Constituição Estadual.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Para que esta Lei possa cumprir seu propósito, é necessário entender a importância que atualmente a segurança alimentar e nutricional tem nas vidas dos estudantes como forma de desenvolvimento biopsicossocial e formação de hábitos saudáveis por meio de uma oferta de refeições com critérios que cubram as necessidades nutricionais durante o período escolar.

O termo merenda escolar que foi instituído no de 1955 pelo então Presidente da República João Café Filho, e atualmente não cabe mais, ao fato que o significado da palavra merenda é colocado como uma leve e

breve alimentação, indo no sentido contrário do atual momento e importância da alimentação escolar.

Os cardápios com pouca aceitabilidade e valor nutricional podem resultar numa série de problemas: os alunos que não alimentam direito, pois rejeitam as preparações que lhes são oferecidas, excessos de sobras (alimentos que são preparados, mas não são distribuídos) e restos (alimentos que são distribuídos, mas não consumidos), na qual acaba incentivando ao consumo excessivo de doces, fast-foods e diversas outras comidas que fazem parte da rotina dos estudantes na atualidade.

O significado da expressão alimentação escolar com critérios, tem como principal objetivo mudar culturalmente o entendimento que os alimentos ofertados na escolas são uma simples e breve refeição, mostrando para os estudante que a refeição na escola é parte de um processo nutricional que auxilia no seu desenvolvimento biopsicossocial tendo uma alimentação de forma criteriosa através de um refeição balanceada, devidamente equilibrada na qual o organismo consegue trabalhar com mais facilidade, pois é suprido de energia e nutrientes necessários ao seu desenvolvimento como um todo.

O termo alimentação escolar com critérios, buscar ir de encontro com Programa Nacional de Alimentação Escolar que tem como suas diretrizes da alimentação escolar os seguintes tópicos:

1 - Alimentação Saudável e Adequada

Orienta para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.

2 - Educação Alimentar e Nutricional

Fomenta a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

3 – Universalização

Atende a todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.

4 - Participação social

Favorece o acompanhamento e ao controle da execução por meio da participação da comunidade no controle social, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE).

5 - Desenvolvimento Sustentável

Incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.

6 - Direito à alimentação escolar

Garante a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Ante todo o exposto apresentado, a alteração referendada se faz totalmente necessária de forma que podemos mudar o entendimento sobre o que realmente é uma alimentação com critérios.

Assim, entendemos como de fundamental importância a proposta, e a submetemos aos nobres pares a presente, a qual solicito o devido apoio para sua análise e aprovação.

Eduardo Botelho
Deputado Estadual